

Agricultura urbana e as Iniciativas de Resistência Popular

Agricultura urbana y las Iniciativas de Resistencia Popular

Urban agriculture and the Popular Resistance Initiatives

Jose Luiz Lourenço Ribeiro¹

Resumo

A agricultura urbana tem sido objeto de diversos estudos e pesquisas nos últimos anos com diversos recortes e aspectos de sua manifestação. O presente escrito tem por objetivo problematizar a respeito da contribuição da agricultura urbana na criação de territórios alternativos, construídos a partir de uma visão não hegemônica e popular. As informações obtidas para este artigo foram colhidas através de uma densa busca teórica, de referências importantes para elucidar a respeito do tema. As conclusões revelam, que quando a agricultura urbana tem como organizares, indivíduos excluídos ou que não estão inseridos ao estilo de vida urbano normatizado, essas iniciativas geridas por tais pessoas se transformam em territórios de resistência onde a sua principal função está na fuga da vulnerabilidade social e proteção dessa cultura popular marginalizada.

Palavras-Chave: Agricultura urbana, Saber Popular, Resistência, Geografia, Educação Geográfica.

Resumen

La agricultura urbana ha sido objeto de diversos estudios e investigaciones en los últimos años con diversos recortes y aspectos de su manifestación. El presente escrito tiene por objetivo problematizar acerca de la contribución de la agricultura urbana en la creación de territorios alternativos, construidos a partir de una visión no hegemónica y popular. Las informaciones obtenidas para este artículo fueron recolectadas a través de una densa búsqueda teórica, de referencias importantes para elucidar acerca del tema. Las conclusiones revelan que cuando la agricultura urbana tiene como organizarse, individuos excluidos o que no están insertados en el estilo de vida urbano normalizado, esas iniciativas gestionadas por tales personas se transforman en territorios de resistencia donde su principal función está en la fuga de la vulnerabilidad social y la protección de esa cultura popular marginada.

Palabras claves: Agricultura urbana, Saber Popular, Resistencia, Geografía, Educación Geográfica.

Abstract

Urban agriculture has been the object of several studies and researches in recent years with several cuts and aspects of its manifestation. This paper aims to problematize the contribution of urban agriculture in the creation of alternative territories, built from a non - hegemonic and popular view. The information obtained for this article was collected through a dense theoretical search, of important references to elucidate about the subject. The conclusions show that when urban agriculture organizes, excluded or is not part of the normalized urban lifestyle, these initiatives managed by these people are transformed into territories of resistance where their main function is the escape of social vulnerability and protection of this marginalized popular culture.

Keywords: Urban Agriculture, Popular Knowledge, Resistance, Geography, Geographic Education .

1. Introdução

O tema agricultura urbana não é recente, a produção urbana de alimentos sempre esteve atrelada ao cotidiano do espaço das cidades durante muito tempo e em diversas

¹Mestrando em Geografia; Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. loubeiro@gmail.com

sociedades (MACHADO, 2002. p.11) (RIBEIRO, 2015. p.73).

A partir do advento do processo de industrialização e a explosão urbana, houve um distanciamento dessa sociedade mais urbana de hábitos como a produção de alimentos (RIBEIRO, 2015. p.02), porém devido a realidade contraditória do contexto urbano dos municípios brasileiros, há o retorno dessas práticas como alternativas à essa problemática urbana, como afirma Silvana Ribeiro: “Diante disso, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem sido considerada uma das possibilidades de amenizar alguns dos tantos problemas das cidades, especialmente os relacionados à alimentação, saúde, meio ambiente e geração de renda. (2015, p.73)”, com isso a agricultura urbana volta a alterar a paisagem das cidades e a fomentar a sobrevivência desses hábitos, próximos de uma cultura rural, formando assim pequenos espaço de ruralidade.

No Brasil, a temática da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) deve ser compreendida dentro do cenário das mudanças da sociedade contemporânea em que se destacam o fenômeno da globalização, o avanço das tecnologias da informação, a estruturação de um sistema agroalimentar com forte repercussão nos hábitos alimentares. (RIBEIRO, 2015. p73)

Pensar a respeito da dimensão que a AUP desencadeia sobre a realidade da cidade, nos faz trazer a tona alguns autores que colaboraram para que compreendamos os “por quês” da manifestação de diferentes fenômenos sobre “a cidade”.

Essas manifestações como a AUP podem ser compreendidas sobre diversas lentes, e teoricamente há muito subsídio, porém, cabe recortar os processos que desencadeiam o surgimentos destas iniciativas.

O objetivo deste artigo é dar subsídio à construção de territórios alternativos, primeiramente através da luz dos teóricos com a as definições específicas de Agricultura urbana e a problematização da existência da produção urbana de alimentos, principalmente como fenômeno contrário à uma cultura urbana excludente, que transpassa os indivíduos.

2. Metodologia

A metodologia deste artigo, consistiu na busca de referenciais teóricos a respeito de temas que circundam o pensamento sobre AU e APUe seus diferentes aspectos conforme o esclarecimento dos autores.

Essa atitude é importante, devido a duas questões relevantes, a primeira é a respeito da maturidade e inserção no tema (SILVA, 2005), e a segunda, é sobre à construção da visão única do pesquisador no processo de encontro do objeto de estudo, essa interpretação pessoal com a irradiação de diversos autores é necessário, igualmente afirma Valente : “o

conhecimento é o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação. É algo construído por cada um, muito próprio [...]” (2003, p. 140)

3.Resultados e discussões

Apesar da condição de coexistência ao desenvolvimento das cidades, a AUP ainda não possui de forma categórica critérios fixos que a determinem como tal (MACHADO, 2002), o seu conceito torna-se amplo se analisarmos especificadamente cada um dos seus impactos, sejam eles sociais, culturais, territoriais ou ambientais.

A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) lançou em 2017 uma publicação onde estabelece alguns critérios, porém para a realidade dos países “em desenvolvimento”, onde a agricultura urbana esta associada à superação de desigualdades sociais e acesso à soberania alimentar.

Em outras instituições como US-EPA,(United States Environmental Protection Agency / Agencia de Proteção Ambiental dos Estados Unidos)

se entende que a AUP e suas diferentes ramificações ultrapassam a operacionalidade social do fenômeno nos países em desenvolvimento, e tomam em territórios norte americanos uma outra conjuntura, ligada à reconexão ao sentido de comunidade e sustentabilidade, como afirma a Agencia de Proteção Ambiental dos Estados Unidos: *“Em todos o país, as comunidades estão adotando o uso da agricultura urbana e hortas comunitárias para a revitalização do bairro”* (Tradução livre. US-EPA, 2011.p.01).

No Brasil, duas instituições estatais estabeleceram normas, definindo a agricultura urbana. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) construíram de forma separada materiais teóricos e cartilhas explicando a dinâmica da AU, estabelecendo características e funcionalidades do fenômeno.

Para estas instituições produzir alimento em áreas urbanas no Brasil está predominantemente ligado a diversos fatores como a busca da soberania alimentar, a alternativa à baixa renda e ao desemprego, devido a alarmante desigualdade social das cidades, outro fator que não é descartado é a ocupação da cidade por seus moradores, espaços ocioso que antes estariam expostos a sujeira, doenças e criminalidade pôde através destas iniciativas trazer ao meio urbano a sensação de segurança e acesso a práticas sustentáveis, como insere Machado: *“A limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a*

proliferação de vetores das principais doenças [...]”(2002. p.10).

Inúmeros organismos internacionais e instituições vinculadas ao governo estabeleceram normativas de acordo com a complexidade das diferentes sociedades e conjunturas econômicas, porém há teóricos que somam a essas realidades outras funções e definições da AUP, em 1999 o biólogo Luc J.A. Mongeot publicou um estudo intitulado “Agricultura Urbana: definições, potenciais e riscos, e desafios políticos” (de tradução livre) neste estudo ele declara que a complexidade do fenômeno e sua ligação à subjetividade da sociedade e dos indivíduos como característica primordial do fenômeno e não apenas as nuances econômicas e sociais.

Muitas das definições mais usuais do que vem a ser a "agricultura urbana" desprezam uma característica crítica que a faz ser realmente "urbana". A agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente por que ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. A não ser que essa dimensão seja melhor compreendida e tornada operacional, o conceito continuará sendo pouco útil no enfrentamento científico, tecnológico e político. (MONGEOT, 2000. p.01)

Com base nas informações do estudo de Mongeot, onde ali foram estabelecidos critérios importantes para compreendermos a complexidade das manifestações da AUP, foi construído um infográfico “Figuro 1”, onde fica claro que existem critérios técnicos que devem ser observados. Esses critérios podem ser divididos em dois grupos: 1) Critérios de definição da AUP e 2) Critérios de Identidade da AUP.



Figura 1: Agricultura Urbana critérios de concepção

Fonte: Mongeot, 1999

Para construirmos as definições de AUP temos que observar onde as iniciativas se manifestam, se em áreas urbanas ou periurbanas, quais seus tipos de produção, que podem ser dedicados desde à policultura até a produção de plantas medicinais além de suas funções e a escala de sua atuação, conforme podemos analisar na Figura 1.

Tabela 1: Tipos de manifestação da AUP

Tipo de AUP	Propriedade	Produção	Gestão	Objetivo
Horta Urbana	Pública	Horticultura, Agrofloresta A. Domésticos	Pública (ex: Município)	Lazer, Educação, autoconsumo
Horta Residencial	Privada	Horticultura, A domésticos, Plantas fitoterápica	Individual	Autoconsumo
Ocupação	Ocupada	Horticultura, Agrofloresta A. Domésticos Plantas fitoterápica	Coletiva	Autoconsumo, lazer e educação.
Horta Comunitária	Comunitária	Horticultura, Agrofloresta A. Domésticos	Coletiva	Autoconsumo, lazer e educação.
Horta Medicinal	Pública Privada	Plantas fitoterápica	Coletiva Individual	Lazer
Horta Escolar	Pública Privada	Horticultura	Coletiva	Educação

Fonte: Mongeot (1999)

Conjuntamente aos critérios que nos trazem a respeito do que seria a agricultura urbana é pertinente pensar a respeito da dimensão que a iniciativa desencadeia sobre a realidade da cidade, com isso cabe resgatarmos autores que colaboraram para que compreendamos os agentes da manifestação de diferentes fenômenos sobre “a cidade”.

A principal linha de reflexão sobre o surgimentos desses territórios esta alinhado ao pensamento de Félix Guattari e a teoriza do “risoma”, segundo ele o indivíduo influencia e é influenciado por diferentes radiações que seriam interferências vindouras de diferentes escalas, elas podem ser globais através da conjuntura socioeconomia , podem ser locais com a construção histórica, coletivas conjuntamente aos múltiplos saberes e individuais onde habita o ser carregado de vivencias, coexistindo a outras realidades, essas concepções podem ser

relacionadas à essas dinâmicas, porém não podem ser estruturadas, afirmando Ferreira:

As singularidades não podem ser pensadas a partir do artigo definido, mas sim pelo artigo indefinido, pois este não fecha novas possibilidades de agenciamentos. Definir o que está sempre em movimento seria estagná-lo, retirar do acontecimento o que ele tem de mais rico: o devir. (2008. p.33)

A coexistência dessas múltiplas problemáticas acaba por gerar tencionamentos, e é a partir destes conflitos que surgem novas concepções de mundo e com isso novas realidades e territórios, o que justifica o surgimento da agricultura nas áreas urbanizadas. Podemos compreender melhor a partir deste argumento:

O rizoma seria uma maneira de expressar as multiplicidades sem ter que ligá-las à unidade. Para os autores, a própria maneira de se nomear as diferenças como O Múltiplo já subordinaria a pluralidade a uma forma unitária. O artigo definido “o” acaba reduzindo a multiplicidade a uma identidade definida, o que de forma alguma pode ser uma expressão das diferenças, já que, desta maneira, acabasse remetendo as singularidades às identidades, limitando-as. Com o termo multiplicidades, escapasse do esquema binário de Uno-Múltiplo, que dão lugar agora aos jogos de forças, vetores que se ligam uns aos outros, simulando novas misturas. (FERREIRA, 2008. p.33)

Compreendendo a existência e coexistência de diversos fatores que influenciam a dinâmica das sociedades, tendo como objeto de leitura o indivíduo, optou-se por dividir essas esferas de influencia em três:

- 1) Cidade: Centro das transformações e contradições
- 2) A esfera coletiva e a resistência dos saberes marginalizados
- 3) O indivíduo e a construção de outras formas de existir

4.Cidade: Centro das transformações e contradições

Explicar sobre agricultura urbana sem atentar-se também às nuances das áreas urbanizadas torna essa reflexão uma redução dos reais conflitos existentes na cidade, conflitos gerados ao um bom tempo e ainda existentes na sociedade moderna, o filósofo Henri Lefebvre, muito referenciado pelos teóricos da ciência Geográfica se ateu em pensar a respeito das contradições presentes na cidade e as problemáticas geradoras desse conflito.

As observações referentes às cidades e suas dinâmicas não podem ser desassociadas do processo de industrialização, segundo Lefebvre (2001), o advento das indústrias é o potencializador das transformações das sociedades, os percalços que hoje estrangulam a sociedade moderna só podem ser compreendidos por completo, incluindo esse recorte de transformação, o autor afirma que:

Para apresentar expor problemática Urbana, impõe-se um ponto de partida: O processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode se dizer que processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade Urbana, sem omitir a crescente importância dos laços das questões relativas à cultura. (LEFEBVRE, 2001. p.11)

Destacando essa informação, podemos compreender então parte da construção de nossa sociedade moderna, e a cristalização dos pilares que formam a cultura moderna calcada na industrialização, que paralelamente normatiza ou busca normatizar uma forma de pensamento e cultura, como afirma a mestre em memória social Heloísa Nogueira: *“A ordem capitalística fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o corpo, com a alimentação, com a ideia de tempo presente, com o passado e com o futuro (2005, p.02)”*.

O processo de normatização das culturas ditas “rudimentares” ou “marginais” irrompe em conflitos, expondo a contradição das sociedades urbanizadas. A verdadeira face do urbano moderno esta nas diferenças, James Araújo complementa: *“Onde há contradições na/da cidade irrompe o urbano pleno de sentido porque é o negativo da dispersão e da segregação! O pensamento formal presente, sobretudo, no planejamento de cidades, nega a crise e tenta minimizá-la a uma condição marginal (2012. p.136)”* Afirmativamente essa face carregada de conflitos socioculturais, fomentou nas cidades uma estrutura de segregação, longe dos centros urbanos. Nas periferias sobrevivem outras formas de viver, sejam elas vulneráveis socialmente ou culturalmente distantes do viver urbano moderno, se formaram ilhas de ruralidade e outros saberes esmagados pela cultura urbana moderna atrelado ao hábito de consumo (LEFEBVRE, 2002. p.20). Araújo (2012) ainda afirma o crescente risco de rompimento desse tecido a partir da segregação territorial.

O que pesa sobre nossa cotidianidade, o consumo dirigido, é corolário da ideologia do crescimento econômico e esta ideologia obsessiva marca a fase de mundialização do capitalismo industrial e, conseqüentemente, da cidade industrial. Contudo, os limites dessa fase de crescimento econômico há muito apontam no horizonte, seja pela crise ecológica sem precedentes, seja pela crise da cidade conduzida pela segregação socioespacial que, dentre outras coisas, conduz a uma alarmante violência, traduzida geralmente como desordem (ARAÚJO, 2012. p.139)

As possibilidades de surgimento de novas formas de habitar esse meio urbanizado esta contido em uma ótica de direito a cidade, onde esses diferentes rostos buscam a luz da sua vivencia novas possibilidades dentro deste espaço de múltiplas possibilidades, a tentativa de fugir a essa normativa é um ato revolucionário, como escreve Araújo:

[...] o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, mas habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível (2012. p.136)

5.A esfera coletiva e a resistência dos saberes marginalizados

Somando às ideias anteriormente mencionadas podemos concluir que nas áreas urbanizadas, o que inclui grande parte dos municípios do Brasil, a realidade encontrada é a realidade da diferença, essas heterogeneidades podem ser raciais, culturais, sociais e outras numerosas formas de distinção. Boaventura de Souza Santos expõe justamente a importância de visibilizar esses saberes muitas vezes marginalizados por estarem distantes da compreensão academicista e formal, ele comenta: *“Nós precisamos de outras formas de conhecimento, porque o conhecimento eurocêntrico (não apenas esse conhecimento mas as outras ciências), esse conhecimento foi construído para não valorizar essas outras experiências (SANTOS, 2012)”*.

Segundo o pensamento do autor existem outras formas de ver o mundo, de viver o mundo e construí-lo, essas outras formas são concebidas por uma cosmovisão distante do olhar eurocêntrico presente na lente das sociedades ditas modernas e urbanizadas, para conhecermos essas outras visões de mundo é interessante removermos essas lentes que encobrem a compreensão de outras realidades e outras possibilidades de ocupação e desenvolvimento e essas possibilidades só podem ser concretizadas com uma justiça cognitiva global (SANTOS, 2007. p.77).

As epistemologias do sul, conforme o próprio autor intitula, são justamente essas outras formas de ver, ocupar e desenvolver ciência, essas formas são distintas ao eurocentrismo e ao mesmo tempo diferentes entre si, pois representam as múltiplas possibilidades humanas de desenvolvimento, conforme a citação de Santos:

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (2007. p.85)

A existência de outras epistemologias pode ser exemplificada pelo surgimento de outras formas de ocupar e resistir, esses territórios são alternativos ao modo de viver e desenvolver das sociedades modernas, urbanizadas e coexistem ao modelo hegemônico atual numa relação linear porém de invisibilidade e marginalização, são “sociologias ausentes”

devido a essa característica excludente da sociedade atual que não é capaz de ver e perceber a existência de outras formas e, com isso possibilidades, a citação Boaventura de S. Santos, reafirma que: “*A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível (2007.p.79)*”.

Neste sentido a agricultura urbana ou ainda partes pertencentes a essa forma de produção nas áreas urbanizadas podem ser compreendidas como uma outra forma de ocupar, com saberes específicos de uma outra ciência pertencente a uma pluralidade de saberes. A manifestação desses saberes também é uma forma de resistência e sobrevivência dessas técnicas e cosmovisões que não devem ser vistas como excludentes em si mas coexistentes.

Na ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis por meio das epistemologias feministas e pós-coloniais, e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos. (SANTOS, 2007. p.88)

Neste sentido, observa-se que esses saberes invisíveis aos olhos dos grupos hegemônicos e com isso pelas sociedades modernas, existem e transformam de maneira silenciosa o espaço urbanizado. As transformações desse “espaço” se dão pela manifestação das suas epistemologias, saberes e necessidades coletivas e, principalmente individuais, como afirma Santos: “*A ecologia de saberes é ao mesmo tempo constituída por sujeitos desestabilizadores — individuais ou coletivos — e constitutiva deles. (SANTOS, 2007. p.93)*. Com isso, vê-se que os esforços de desestabilização dessa estrutura que silencia e inviabiliza parte do coletivo e de indivíduos cheios de saberes próprios construídos a partir de outras realidades e situações.

6.O indivíduo e a construção de outras formas de coexistir

Pensando num espaço coletivo carregado de contradições e conflitos causados pelo caos dessa diversidade. Conclui-se que neste espaço aqui mencionado “a cidade”, não apenas vivem os coletivos e a soma de seus saberes mas também vivem indivíduos e suas experiências individuais, formadas através desse embate múltiplo de trocas de vivências e desigualdades (NOGUEIRA, 2005. p.01).

A problemática persistente como já se observou, está quando esses saberes que vivem fora da diagramação hegemônica (NOGUEIRA, 2005. p.02) são dominados ou no caso invisibilizados, como também afirma Maffesoli:

Dominar, controlar, possuir, se retomamos as ocorrências cartesianas, constituem, desde então, o inconsciente coletivo moderno. Aliás se poderia dizer “burguesista”, tanto se encontra no capitalismo e no socialismo. O denominador comum de tudo isso é que tudo (natureza e social) se torna manipulável, manobrável.(2017. p.05)

Paralelamente a este processo excludente há diversas formas e modalidades de resistência e persistência às investidas que marginalizam esse saber. Rogério Haesbaert, elucida justamente este ponto, em que o indivíduo através do processo de resistência cria novos núcleos de desenvolvimento e sobrevivência a uma cultura que mercadorisa a vida na sociedade urbanizada, esses territórios alternativos surgem desse processo, como pontua Haesbaert:

“As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras (2006. p.14)”.

A construção desses territórios alternativos só se faz possível com esses processos de resistência que permite a continuidade e construção de subjetividades ao menos um pouco emancipadas* de padrões socialmente naturalizados, como diz Nogueira.

O que caracteriza um processo de singularização é que ele seja automodelador: que ele capte os elementos da situação - quer ocorra com o indivíduo ou com o grupo -, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas independentemente dos constructos do poder global (2005. p.02).

Através desses ensaios emancipatórios (ensaios, pois não há uma libertação por completa dessa cultura urbana, há a coexistência) surgem iniciativas ou células que destoam da paisagem urbana, essas ilhas com aspectos próprios são construídas da soma das subjetividades excluídas (NOGUEIRA, 2005. p.02), esse novo aspecto carregado de anseios emancipatórios é revolucionário.

Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes -, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada. (Haesbaert, 2006. p.15)

Nesse sentido, tendo em vista o surgimento de muitas iniciativas de diferentes formas, a agricultura urbana pode ser caracterizada como umas delas, que surgem em movimento

adverso ao proposto pela sociedade urbana. Uma iniciativa que se propõe a ser uma alternativa ao desemprego, exclusão social, soberania alimentar e resistência desse saber popular excluído. O surgimento dessas células não só desperta o interesse sobre a desigualdade social, que é discrepante, principalmente no Brasil mas põe luz sobre os indivíduos carregados de histórias, memórias e vivências desencadeadoras destas novas estruturas.

7.Considerações finais

Tendo em vista o surgimento de muitas iniciativas de diferentes formas, a agricultura urbana pode ser caracterizada como umas dessas iniciativas que surgem em movimento adverso ao proposto pela sociedade urbana. Uma iniciativa que se propõe a ser uma alternativa ao desemprego, exclusão social, soberania alimentar e resistência desse saber popular excluído.

O surgimento dessas células não só desperta o interesse sobre a desigualdade social, que é discrepante principalmente no Brasil mas põe luz sobre os indivíduos carregados de histórias, memórias e vivências desencadeadoras destas novas estruturas.

Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana*. Brasília, 2018.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito a Cidade*. Henri Lefebvre. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Altair Toledo. *Agricultura urbana* / Altair Toledo Machado, Cynthia Torres de Toledo Machado. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2002.

MOUGEOT, LJA. *For self-reliant cities: urban food production in a globalizing South*. In: Koc M, MacRae R, Mougeot LJA & Welsh J (eds), *For hunger-proof cities: sustainable urban food systems*. Ottawa: 1999, p.11-25.

RIBEIRO, Silvana Maria. *Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde*. *Saúde Soc. São Paulo*, v.24, n.2, p.730-743, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos Estudos*. 2007, n.79, pp.71-94

SANTOS, Boaventura de Souza. *Boaventura de Sousa Santos - Epistemologias do Sul*. 2012 (6m32s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=URgY9H2NvZM>> Acesso em <20 de Julho de 2018>

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*/Edna Lúcia da Silva, Eстера Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

U.S. EPA (Environmental Protection Agency).(2011)*Exposure factors handbook: 2011 edition*. National Center for Environmental Assessment, Washington, DC; EPA/600/R - 09/052F. Disponível em <http://www.epa.gov/ncea> Acessado em <20 de julho de 2018>

VALENTE, J. A.; PRADO, M. E. B. B.; ALMEIDA, M. E. B. (Orgs.). *Educação a distância via internet*. São Paulo: Avercamp, 2003.